

Miguel Portas encabeça lista do Bloco à s europeias

22-Feb-2009

A Mesa Nacional do Bloco reuniu para discutir a situação política, as propostas para responder à crise e as alternativas a apresentar nas eleições deste ano, para as quais vai promover um debate online sobre o programa. Em Junho, nas eleições para o Parlamento Europeu, a lista será novamente encabeçada por Miguel Portas, seguido por Marisa Matias, Rui Tavares (cand. independente) e Alda Sousa. O médico Fernando Nobre será o mandatário da candidatura.

Os primeiros candidatos do Bloco ao Parlamento Europeu foram aprovados na reunião de 21 de Fevereiro. Miguel Portas é o primeiro candidato, seguindo-se Marisa Matias, Rui Tavares (ind), Alda Sousa, Timoteo Macedo, José Goulão (ind), Paula Nogueira e Manuel Martins.

Na resolução aprovada pela direcção bloquista pode ler-se que os trabalhos de preparação do programa eleitoral vão arrancar nos próximos dias e que a internet será o espaço privilegiado de debate de propostas para as 3 eleições que se avizinham em 2009. A tv online e a interactividade que a internet permite serão alguns dos meios para fazer chegar o debate do programa a todo o país.

A luta contra a crise económica e as políticas que a agravam ocupa o maior destaque da resolução aprovada, com o apelo à participação na manifestação da CGTP a 13 de Março e a proposta da revogação do Código do Trabalho.

O Bloco diz que com um terço do que se gastou no BPN, o Estado pode aumentar 50 euros mensais nas pensões mais degradadas, servindo este aumento de emergência para recuperar o consumo. A proposta de revitalizar o sistema bancário público surge novamente na agenda do Bloco: "usando os 4 mil milhões de euros disponíveis para a recapitalização dos bancos no aumento do capital da CGD, sendo o banco público obrigado a garantir taxas de juro não especulativas e que forcem todos os bancos comerciais a seguir a mesma prática. Nesse sentido, a transferência de créditos de qualquer banco para a CGD deve poder ser feita a custo zero", diz a resolução.

Outras das propostas avançadas na VI Convenção Nacional são reafirmadas agora pela Mesa Nacional, como "a proibição do despedimento em empresas com lucros ou com subsídios e benefícios do Estado" ou "obrigar todas as empresas que deslocalizam a restituir todos os apoios públicos, isenções e benefícios fiscais, verbas para formação profissional e outras".

Os bloquistas continuam a defender que "nenhum dividendo pode ser atribuído aos accionistas quando se trate de empresas que tenham subsídios públicos ou avales do Estado", assim como "o levantamento do sigilo bancário para combater a fuga aos impostos" ou o "registo dos movimentos internacionais de capitais, para combater a máfia financeira".

O Bloco quer ainda nacionalizar "as partes privatizadas da GALP", justificando a medida com a experiência sentida no bolso das pessoas. "Como se verifica pela manipulação dos preços dos combustíveis, entregar um monopólio aos privados é assegurar a maior perda para os consumidores", diz o Bloco de Esquerda.